

A contextualização curricular como dispositivo de promoção da justiça social

CARLINDA LEITE

PRECIOSA FERNANDES

ANA MOURAZ

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo

A comunicação que se apresenta tem por base dois pressupostos, ambos suportados pela bibliografia sobre estudos curriculares. O primeiro deles relaciona-se com a ideia de que o recurso a procedimentos de contextualização curricular assegura uma maior justiça curricular que, por sua vez, promove justiça social (Connell, 1997). Esses procedimentos, favorecendo melhores aprendizagens dos alunos, devem ser valorizados na educação escolar. O segundo pressuposto tem por base a ideia de que a forma como as escolas configuram e desenvolvem o currículo é fortemente influenciada pelos aspectos que são valorizados na avaliação institucional que delas é feita.

No quadro destas duas ideias, e sendo a Inspeção Geral da Educação (IGE) a entidade responsável, em Portugal, desde 2007, por a avaliação externa das escolas, o estudo que se apresenta nesta comunicação tem por objetivo dar a conhecer a importância que é, ou não, atribuída a processos de contextualização curricular pela IGE.

Como é sabido, para realizar esta avaliação externa das escolas, a IGE recorre a um referencial que enuncia as dimensões em análise e os referentes a ter em conta. É também sabido que neste 2o ciclo de avaliação (a iniciar-se no final de 2011) existe igualmente um referencial a seguir, embora diferente do que apoiou o 1o ciclo de avaliação (2007-2011). Estes dois instrumentos foram por nós analisados segundo um procedimento que teve por base conceitos de contextualização curricular que identificámos na revisão da literatura de estudos curriculares publicados em revistas de língua inglesa e portuguesa nos últimos 10 anos. Os resultados da análise permitem-nos concluir, por um lado, que o conceito de contextualização curricular está presente nos referenciais de avaliação seguidos pela IGE pelo que, e de acordo com o nosso segundo pressuposto, pensamos que seja valorizado pelas escolas. Por outro lado, essa mesma análise permite-nos estabelecer uma relação comparativa entre os sentidos de contextualização curricular para que aponta cada um dos referenciais seguidos pela IGE e os sentidos que são atribuídos ao conceito na revisão da literatura por nós realizada. Ao mesmo tempo, permite-nos concluir em que medida o sentido em que é usado o conceito de contextualização curricular pela IGE aponta para situações promotoras de justiça curricular geradoras de justiça social.